

O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA DE NOVAS TERRAS: O EXEMPLO DE RONDÔNIA/BRASIL

LE SENS DE LA COLONISATION AGRICOLE DANS DES NOUVELLES TERRES: L'EXEMPLE DE RONDÔNIA/BRÉSIL

*José Januário de Oliveira AMARAL**

RESUMO: Procuramos interpretar as transformações sociais ocorridas em Rondônia, promovidas pelo processo de colonização agrícola empreendido pelo governo brasileiro na década de setenta, na região amazônica.

Entendemos que o processo de colonização insere-se num contexto mais amplo de redefinição da sociedade brasileira, sendo simultaneamente, resultado e condição do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Rondônia; Política de Colonização agrícola; Mudanças Sociais

RÉSUMÉ: Dans cet article on cherche d'interpréter les transformations sociales à Rondônia et qui avait été dechaînées pour le processus de colonisation agricole mis en jeu pour le gouvernement du Brésil, pendant la décennie de 1970, à l'Amazonie brésilienne.

* Professor assistente do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia e doutorando em Geografia Humana pelo Departamento de Geografia da FFLCH/USP.

José Januário de Oliveira Amaral

Nous comprenons que le processus de colonisation s'imbrique à d'autres, dans un contexte plus large de définitions de la société brésilienne, et il est à la fois un résultat et une condition du développement des relations capitalistes au Brésil contemporain.

Mots-Clés: Rondônia, Politique de Colonisation Agricole, Transformations Sociales

Para efeito de nosso estudo utilizamos a noção de processo de colonização agrícola que, mesmo em sua formulação mais simples, conforme apontou TAVARES DOS SANTOS (1989), constitui um processo social complexo, de dupla dimensão, espacial e temporal, que faz interagir forças sociais em conflito e, deste modo, produz relações sociais.

A dimensão espacial envolve trajetórias sociais de regiões distintas, seja no sentido rural/rural, seja no sentido rural/urbano. Estas migrações estão recheadas de conteúdos particulares, porém existe uma reciprocidade nas relações. O colono passa simultaneamente por dois vieses: o da dessocialização em sua região de origem, e o da ressocialização nas novas terras.

O colono, ao sair nas condições em que sai, modifica a dinâmica das relações sociais de seu lugar de origem, altera as relações familiares, de compadrio e de vizinhança. Ao chegar nas novas terras, vai continuar migrando de cidade em cidade até conseguir a sua "terra de trabalho", que motivou a sua partida. Ele vive no limiar de duas situações sociais, pois vivencia a duplicidade de estruturas sociais completamente diferenciadas entre si. Portanto, a dimensão espacial relaciona intimamente as regiões de origem dos colonos com

as novas terras. Esta situação leva o migrante a continuar sendo objeto, e não o sujeito que deveria ser. Neste sentido MARTINS (1988:11) é categórico ao dizer:

“Migrar temporariamente é mais que ir e vir, é viver em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais... É sair quando está chegando, voltar quando está vindo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum, partir sempre e não chegar nunca”.

Conforme OLIVEIRA (1990) e MARTINS (1988 e 1990), a necessidade da busca das novas terras é resultado de quem, como camponês, vive no limite de sua mera reprodução. O que é consubstancialmente agravado pelo cerco imposto pelo capital.

A segunda dimensão do processo de colonização - a temporal - está relacionada ao período de duração na qual se concretiza: segundo TAVARES DOS SANTOS (1989:114), “tal duração se estabelece de um ponto, datado social e historicamente, a outro, o que significa também que o processo de colonização passa por certos ciclos.” Podemos identificar neste processo, três ciclos importantes de colonização:

1º “A colonização de 1940 a 1945 para os trabalhadores nacionais” objetivando atender excedentes populacionais de “trabalhadores nacionais pobres”;

2º A colonização de 1951/1960, cujo objetivo era o atendimento de “zonas empobrecidas” e sem emprego. Período de fortes lutas sociais no campo, a exemplo das ligas camponesas;

José Januário de Oliveira Amaral

3º “A colonização de 1970 contra a reforma agrária.”

Compreende-se que o processo de colonização é realizado durante um determinado tempo, quando são produzidos efeitos sociais significativos: são os efeitos simbólicos e políticos que se manifestam no espaço social concretizado pela colonização. Ou seja, durante o tempo social da colonização, produzem-se símbolos que tentam atrair as populações das suas regiões de origem. Um exemplo de representação produzida nas novas terras foi a utilização do conceito de “Eldorado”, “Rondônia Canaã da Amazônia”, lugar onde o camponês certamente realizaria o seu “sonho da terra própria” e encontraria fartura. Isto passa a fazer parte do imaginário social dos migrantes, influenciando na decisão de partir para as áreas de colonização.

Segundo TAVARES DOS SANTOS (1989:114),

“outro aspecto da temporalidade da colonização consiste nos efeitos políticos que se verificam, pois o que se objetiva é a reprodução da dominação social, durante um certo tempo, no espaço social da colonização, e a mensagem difundida vai intervir nas práticas políticas das forças sociais em conflito”.

O papel político deste processo surte o efeito desejado, mesmo que momentaneamente, como no caso do último ciclo de colonização, quando não se efetivou a reforma agrária e manteve-se ou mesmo aprofundou-se a concentração fundiária em todo País.

O cruzamento das dimensões espacial e temporal da colonização agrícola nas novas terras revela as diferentes classes, grupos e forças sociais atuantes no processo. No período da “colonização contra a reforma agrária” podemos identificar as seguintes: o Estado, manifestado através de suas diversas agências a exemplo: do INCRA, da SUDAM, do BASA, da EMBRAPA e da CIBRAZEM; as empre-

José Januário de Oliveira Amaral

2º uma crise de mercado, grandes estoques e mercado local insuficiente, e problemas de armazenamento da produção;

3º ineficácia da modernização tecnológica;

4º uma crise financeira, endividamento bancário, causando a chamada “expulsão branca” das unidades de produção camponesas.

As transformações espaciais são complexas e influenciadas por inúmeras forças. O Estado se nutre e se fortalece desta diversidade, negociando entrepostos, estimulando fluxos e reordenando subconjuntos espaciais.

As ações governamentais atuam sobre o território conforme os interesses dos grupos econômicos aliados às políticas de segurança nacional. Sobre o território FOUCAULT (1988:157) diz que é uma noção geográfica, mas acima de tudo é um instrumento jurídico-político: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder. Para HÉBETTE e ACEVEDO (1979:155)

“a colonização, com seu aparato legislativo, vai se tornar, para a classe de proprietários rurais interessada no monopólio da terra, um instrumento de domínio e de controle da ocupação do espaço – de controle, portanto, dos grupos sociais que vão ocupá-lo e de atividades produtivas.”

Sob a égide da colonização assiste-se a implantação de uma “tecnologia social” para controle não só das propriedades nos programas de colonização, mas de todo o território ainda não apropriado nas novas terras.

O Estado procura controlar o território, e para tal é fundamental que se realize o controle dos homens, pois o processo de colonização implica na remoção de população de lugares “velhos” para estabelecê-la nas novas terras. TAVARES DOS SANTOS (1989:107) entende tal processo como “uma técnica social que utiliza mecanismo de controle do espaço e dos homens, para reproduzir a dominação de classe sobre as populações rurais brasileiras.”

É no cotidiano das colônias que o controle chega a exacerbação,

“toda atividade econômica não prevista provoca desapropriação e, no limite, represálias: seja a interdição do garimpo, seja às condições de venda dos produtos a outros comerciantes que não as cooperativas... Em vários programas houve restrições às iniciativas de organização sindical, ou à instalação de lideranças artificiais, ou ainda, a vigilância policial”.(TAVARES DOS SANTOS, 1989:108)

A respeito da valorização das novas terras, GNACCARINI (1980:61) coloca que

“...grandes e médios capitais – dinheiro imobilizam-se na apropriação da terra com objetivos puramente especulativos, trata-se de práticas especulativas mais ou menos aleatórias ou sistemáticas (neste caso, incluem-se as companhias colonizadoras), em que se joga com a pura valorização do título de propriedade.”

Isto representa a obtenção extraordinária da renda da terra absoluta pelas empresas colonizadoras e grandes proprietários fundiários.

Na escalada pela apropriação da renda fundiária, as terras públicas são privatizadas pelas colonizadoras e proprietários rurais com

José Januário de Oliveira Amaral

apropriações de grandes áreas de terras. Nas áreas de colonização privada a venda de lotes nunca é efetivada de uma única vez. Isto possibilita ao empreendedor mais um lucro extraordinário, ou seja, a apropriação de uma renda diferencial, pois a venda, o beneficiamento e a produção dos primeiros lotes irá “valorizar” as terras mais próximas a estes. No caso das áreas de colonização oficial, segue-se o mesmo raciocínio. Os projetos de colonização sempre apresentam-se espacialmente distribuídos próximos às grandes empresas rurais e latifúndios.

MARTINS (1979:29) ao evidenciar as transformações em nossa sociedade no século passado, propiciadas pela cafeicultura, com a promulgação da lei de terras em 1850 e a substituição de trabalho escravo pelo livre, lembra o seguinte: “ a renda capitalizada no escravo transformou-se em renda territorial capitalizada: num regime de terras livres o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa.” Logo, o problema da capitalização da renda fundiária através da realização/incorporação do trabalho alheio às terras tem suas raízes na instituição da propriedade privada em nosso País desde a segunda metade do século passado. Portanto, no Brasil contemporâneo, o “cativeiro da terra” exprime o controle das classes e grupos dominantes sobre as “populações subalternas”.

Um outro ponto a ser considerado é que a colonização nas novas terras não se dá somente no espaço rural, mas também simultaneamente no espaço urbano. Segundo GNACCARINI (1980:66),

“Não só os loteamentos são localizados de preferência em ligação com cidades de alguma importância comercial, como ainda as grandes empresas de colonização criam cidades e abrem uma rede de estradas para o serviço das pequenas

propriedades. Instalados os patrimônios urbanos aliciam comerciantes que venham radicar-se nesses centros”.

Também nas áreas de colonização oficial, as agências estatais promovem a “urbanização” vinculando-as fortemente à economia de mercado. Um exemplo é o NUAR - Núcleo Urbano de Apoio Rural, implantado em vários pontos dos projetos de colonização, sendo que apenas alguns conseguem evoluir à condição de cidade.

O Estado surge, então, como acentuador e magnificador das contradições sociais, na verdade produz um espaço urbano de populações extremamente empobrecidas e efetivamente não consegue estruturar o espaço rural. De fato, segundo SOLER (1978), é verificada uma “hiperurbanização populacional” de algumas cidades, a exemplo de Ji-Paraná, expressando um caráter de agente colonizador das cidades, como resultado da incapacidade do meio rural de criar as condições necessárias para a fixação efetiva do homem no campo. Na verdade trata-se de uma situação normal nas áreas de colonização na Amazônia neste período e não de hiperurbanização. Pois era uma das metas do PIN expandir mercados nas novas terras.

A ligação que aproxima o colono às áreas urbanas são os serviços encontrados na cidade, como educação, saúde, lazer e crédito bancário, que segundo GNACCARINI (1980:66), “prendem inevitavelmente o colono ao mercado, reforçando os vínculos sociais com a sociedade inclusiva, cujas riquezas são as mercadorias”. O que vem demonstrar a necessidade de manter as pequenas propriedades nas novas terras, pois esta é constante reserva de mão-de-obra. O excedente de mão-de-obra relativo àquela parcela que ou não consegue terra, ou é expropriado, ou absorvido como trabalhador assalariado nos projetos agropecuários ou nas cidades surgidas ao longo dos projetos de colonização.

José Januário de Oliveira Amaral

O resultado da política de colonização também é manifestado nas inúmeras invasões de terras organizadas por grileiros e empresas fantasmas de colonização e iniciadas pela onda cada vez mais crescente de migrantes expulsos de seus lugares de origem, que foram em busca de “terra de trabalho”, criando uma situação fundiária insustentável.

A contradição do processo de colonização é consubstanciada numa “engenharia social” posta em prática nas novas terras. O Estado, tentando manter o controle do território e dos homens, promove uma seleção social dos ocupantes das novas colônias, sendo a exclusão social a outra face deste processo.

Para TAVARES DOS SANTOS (1989) esta escolha foi acompanhada de uma seleção regional dos colonos: tratava-se de reunir populações de várias regiões do país, não só do nordeste mas também do Sul. A seleção regional e social foi consolidada por uma figura simbólica particular. Tratava-se da categoria do colono modelo. O colono modelo será tecnicamente moderno e politicamente conformista, e símbolo de um grupo social que o poder desejaria ser portador de uma ordem moderna nas novas terras. Assim o “colono modelo” deveria estar aberto às inovações tecnológicas e de créditos, participar de cooperativas, não associar-se a sindicatos, ser submisso às orientações das agências de colonização, seja o INCRA ou as agências privadas.

Contudo, quem não chegou à condição de colono modelo foi deixado de lado, tanto do ponto de vista material quanto simbólico. Para TAVARES DOS SANTOS (1989:109)

“isto é demonstrado pela repetição dos estereótipos em nível local, de repercussões políticas e mesmo de ordem re-

pressiva, quanto pelas queixas e denúncias dos colonos: nesse sentido, o seu nomadismo será um testemunho da exclusão socialmente produzida.”

Desta maneira, aqueles colonos que, no início do processo, foram selecionados como “aptos” para os programas de colonização ao perderem os lotes passaram a ser denominados de “péssimos agricultores” e dessa forma, são estigmatizados. A migração constante destes grupos, que representam a massa de excluídos, indica uma das contradições do processo de colonização nas novas terras.

Não somente os “antipioneiros” são os excluídos e, no limite, estigmatizados, mas também fazem parte deste grupo, nas áreas de colonização, os índios, os ribeirinhos e os posseiros. A exclusão representa mais uma concretude nas áreas de colonização, sejam os excluídos do campo ou da cidade. Os NUARES que não conseguem evoluir à condição de cidade mantêm-se como núcleos de excluídos, núcleos de pobreza, núcleos dos expropriados dos projetos de colonização.

Como resultado da política de colonização agrícola, o INCRA passou a atuar simplesmente na regularização de situações emergenciais. Uma vez que os colonos tornaram-se sujeitos políticos nas áreas de colonização, deixando de ser “modelo”, como pretendiam as elites dirigentes, passando à condição de ator político nas novas terras. Com o processo de conscientização começam a reivindicar e ocupar terras improdutivas em quase todo o Estado de Rondônia e alhures.

José Januário de Oliveira Amaral

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, J.J.de O. *Terra virgem terra prostituta: o processo de colonização agrícola em Rondônia*. São Paulo, FFLCH/USP (dissertação).

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GNACCARINI, J.C. *Latifúndio e proletariado*. São Paulo: Polis, 1980.

GOFFMAN, E. *Estigma: Notas sobre a manipulação da Identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

HEBETTE, J. & ACEVEDO, R. *Colonização para quem?* Belém: UFPa, 1979.

MARTINS, J.S. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1979.

_____. *O cativo da terra*. São Paulo, Ciências Humanas, 1980.

_____. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e liberdade nos movimentos sociais do campo*. São Paulo: Hucitec, 1990.

OLIVEIRA, A. U. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.

TAVARES DOS SANTOS, J.V., O processo de colonização agrícola no Brasil contemporâneo. Brasília, Rev. Sociedade e Estado. vol IV, n.2 jul-dez, 1989.